

Relações Internacionais x Causa Armênia – entre guerra e paz¹

Sueli Ribeiro Martini - USP

Este trabalho reflete acerca da Causa Armênia, primeiro no sentido de compreender suas raízes e sua trajetória histórica e, segundo, buscando explicitar como ela foi / é tratada no âmbito das relações internacionais.

Atualmente, a Causa Armênia refere-se aos anseios deste país de que a Turquia reconheça o genocídio praticado em 1915 e assuma as responsabilidades deste ato perante o mundo e perante a História mas, a chamada Causa Armênia é, na verdade, uma complexa teia de fatos históricos que se desenrolam na Armênia desde o início do século XI quando ali se instalam as primeiras tribos de povos turanianos, os turcos seldjúcidas, vindos da Ásia Central.

Neste período a Armênia encontrava-se sob o jugo do Império Bizantino que, dominando-a, causou desorganização e enfraquecimento. Apenas haviam se passado poucos anos do domínio bizantino quando, em 1048, os seldjúcidas ali se instalam levando a efeito devastações e massacres. O domínio e a violência resultou em uma emigração em massa rumo a Cilícia, onde já haviam comunidades de armênios, ali, por mais de três séculos, floresceu a Pequena Armênia ou Armênia Ciliciana.

A Grande Armênia, ou Armênia Histórica é desfacelada ante os seldjúcidas, no século XIII virão outros turanianos, os mongóis de Gengis Khan e, antes que o Império Mongólico se desarticulasse, chegam os mongóis de Tamerlão e após, os turcomanos e, no século XVI os turcos otomanos.

¹ Este trabalho é um desdobramento da dissertação de Mestrado IAN-sufixo da identidade, defendida pela autora na PUC-SP em 2004. Sua base bibliográfica é: a) ALEM, Jean-Pierre. A Armênia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961; b) SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

No século XV quando, em 1453, os turcos tomam Constantinopla, parecia que a Armênia estaria definitivamente separada de suas ligações com a Europa, no entanto, em 1472 a Pérsia se rearticulava após a dominação turcomana, empreendendo uma guerra contra seus dominadores. Nesse processo, algumas batalhas se dão em solo armênio.

Em meados do século XVII, apenas a província do Karabagh permanecia independente. Por meio de um tratado, os persas dominam a parte oriental da Armênia e impõe à região uma administração muito parecida com a dos turcos. A parte ocidental continuava sob o jugo dos turcos otomanos. Aos armênios pareceu que, a única possibilidade de alcançar sua independência, seria com a intervenção de alguma grande potência, assim, apelam à Rússia cristã.

A intervenção russa chega somente no início do século XVIII quando então empreendem uma ofensiva contra os persas mas são barrados em Chamakni. Temendo tanto seus inimigos europeus como a força militar dos persas, o czar russo Pedro, o Grande, assina um tratado com a Pérsia e renuncia à libertação da Armênia. Somente no final do século XVIII os russos voltam à região e, inicialmente, se batem com os persas em razão da situação da Geórgia.

Serão ao todo quatro guerras, com auxílio de voluntários armênios, ao final das quais o Tratado de Turcmentchai, em 1828, garantia à Rússia a ocupação da Geórgia e a anexação das províncias armênias do Karabagh, Erevan e Nakhitchevan, ou melhor, mais ou menos o território da futura Armênia soviética. O tratado também dava direito aos armênios que residissem em território persa, de se transportarem para essas províncias anexadas. Trinta e cinco mil armênios da região do Urmia se utilizaram do acordo e migraram.

No confronto com os turcos, os russos obtêm muitos sucessos ocupando grande parte da Armênia turca. Em 1829, quando assinaram a Paz de Andrinopla, por imposição da Grã-Bretanha, a Rússia devolveu aos turcos a maior parte das províncias armênias anexadas mas, a possibilidade de mudança dos armênios das regiões turcas para as regiões russas levou 100 mil armênios à migração.

Em 1877 a Rússia declara guerra a Turquia após esta ter perpetrado vários massacres na Bulgária, em um ano sai-se vencedora e senta-se à mesa de negociações para a assinatura do Tratado de Santo Estefano, através do qual, é concedida a independência da Bulgária e a cessão de Batun, Ardahan, Kars e Bayazid, todas províncias armênias, à Rússia. Previa-se também que, as tropas russas só sairiam da província de Erzerun depois que os turcos fizessem reformas que, minimamente, trouxessem as populações armênias, condições mais justas. Não estava previsto independência para a Armênia ou a devolução de suas províncias, no entanto, dada a situação em que se encontravam, o Tratado de Santo Estefano foi recebido com alegria pelos armênios.

Neste período, os interesses imperialistas da Inglaterra na região do Oriente Próximo e Médio, fizeram com que o primeiro ministro inglês Disraeli, pressionasse a Rússia a abrir mão do Tratado de Santo Estefano e a negociar, desta feita em Berlim, um novo acordo.

Assim, em 1878 realiza-se o Congresso de Berlim no qual as pressões inglesas propiciaram a devolução da província de Bayazid aos turcos e a substituição de alguns artigos que favoreciam os armênios, por uma nova redação que, na prática, os deixaram à mercê da violência turca pois, as tropas russas seriam retiradas.

A substituição do Tratado de Santo Estefano pelo Tratado de Berlim, deixava claro as intenções inglesas de conservar o império turco otomano intacto pois, isso, significava manter certa ordem na região. Por sua vez, a Turquia não se mostrou disposta a executar as reformas propostas pelo Tratado de Berlim, muito menos, de prestar contas às potências européias como era o previsto, muito pelo contrário, começam a instalar na Armênia, grupos de curdos nômades que, em seu processo migratório, recebem armas dos turcos e vão subjugando as províncias armênias através de toda espécie de violência.

Os armênios deveriam alojar os grupos curdos no inverno e ainda pagar impostos a seus chefes, fora os impostos que pagavam aos turcos. O nível de exploração e terror fortaleceu a resistência armênia em algumas províncias, embora os movimentos de revolta fossem esmagados com mais massacres. Por volta de 1894, os embaixadores da Inglaterra e França formalizam protestos ao sultão Abdul Hamid e exigem reformas na região. As

respostas, sempre vagas e inconclusivas, não revelaram o objetivo das próximas ações turcas na região: o extermínio dos armênios.

Em 1895, após isolar as províncias armênias, espalha-se entre a população islâmica turca e curda, a notícia de que os armênios tramavam uma conspiração contra a Turquia e o islamismo; foi o bastante para que, assim inflamados e armados, esses grupos caíssem sobre os armênios em ondas de massacres.

Por mais que os representantes das potências européias protestassem, não conseguiram deter as ações turcas. Também é preciso que se analise, neste caso que, mesmo entre essas potências, haviam interesses diversos e conflitantes entre si. Se por um lado, a Inglaterra mostrava-se descontente com as argumentações turcas, de outro lado, Alemanha e Rússia mostravam-se satisfeitas.

A resistência armênia era sempre rebatida com ações de violência espetaculares de tal forma que, se os governos europeus se mostraram impotentes para conseguir uma solução apropriada, a população desses países, de modo geral, deu mostras de sua indignação em manifestações públicas que, se não lograram sucesso, ao menos tornaram conhecidos a extensão da desgraça armênia: nada menos do que 300.000 mortes em 2500 aldeias devastadas.

Já no início do século XX, além do domínio turco, os armênios tiveram que lidar com as ações russas que haviam insuflado os tártaros do Azerbaidjão contra eles. Somente em 1905 é que os ataques cessam pois, tanto os armênios quanto os tártaros percebem a ambigüidade russa jogando-os um contra o outro. Paralelamente, também o sultão Abdul Hamid enfrentava a reação de seus súditos à sua tirania, em um golpe de estado em julho de 1908, que leva ao poder o Partido Jovem-Turco, de tendências liberais.

Para os armênios do Império Turco as expectativas em relação aos ideais liberais dos Jovens Turcos logo revelaram-se perturbadores. As conspirações políticas dos adeptos do sultão, que pretendia voltar ao poder, insuflaram a população muçulmana que, então, estabeleceram novas ondas de revoltas e massacres contra as minorias cristãs, especialmente os armênios. O Império Turco mergulhava em um período de instabilidade

causado pela intransigência do processo de turquificação levado a efeito pelos Jovens Turcos. Temendo por sua segurança, os armênios criam diversos organismos para negociação com as três grandes potências da época- Inglaterra, França e Rússia- no sentido de que fizessem cumprir as reformas previstas pelo Tratado de Berlim.

Em 1914, foi assinado um protocolo entre o representante turco e o encarregado de negócios russo, que previa a divisão das províncias armênias em dois setores, cada qual sob a supervisão de um inspetor-geral europeu, cuja principal atribuição seria a supervisão das reformas previstas. Tudo parecia satisfatório para as minorias armênias, porém, em outubro de 1914 a Turquia entrava em guerra. O protocolo foi rompido e os inspetores expulsos.

No decorrer da I Guerra Mundial, a posição armênia sempre foi de lealdade ao país em que habitavam. Na Turquia foram recrutados soldados armênios e, na Rússia, muitos se tornaram voluntários. No entanto, a Turquia aproveitaria a situação de guerra para, a pretexto de colocar os armênios a salvo, deportá-los para regiões montanhosas. Na prática, o objetivo dessa ação revelou-se como intenção de extermínio das populações armênias pois, no final das ações marcadas pela selvageria, dos 2.100.000 armênios do Império Turco, cerca de 1 milhão e meio desapareceu entre 1915 e 1918, nos episódios que ficaram conhecidos como o primeiro genocídio do século XX.

Em 1917, com a revolução socialista na Rússia, nova realidade impôs-se aos armênios. Atravessando a revolução bolchevique, a Rússia assina um armistício com a Turquia ao mesmo tempo que discutia um tratado de paz com os impérios centrais em Brest-Litovsk. Em março de 1918 a Rússia assina o Tratado de Brest-Litovsk, cujo artigo 4 versava sobre os armênios, prevendo que, as tropas russas deveriam evacuar as províncias armênias e restituí-las à Turquia.

Este tratado causa revoltas e os turcos retomam as ofensivas para garantir seu cumprimento. Numa Assembléia, realizada em abril de 1918, países envolvidos nos conflitos russo-turcos, resolvem pelo rompimento com a Rússia e a criação da República Democrática Federativa Independente da Transcaucásia, que compreendia a Geórgia, a

Armênia e o Azerbaijão. Mesmo não sendo favorável a essa independência, a Armênia integra a Transcaucasia ao mesmo tempo que os turcos permaneciam avançando sobre suas províncias, somente quando chegam próximos à Geórgia é que esta, para defender-se, invoca a proteção alemã e rompe a Federação Transcaucasiana. Posteriormente, também o Azerbaijão e a Armênia se declaram independentes.

Mesmo constituindo-se em um Estado autônomo, a situação da Armênia não era confortável pois, os turcos estavam próximos a Erevan e, os georgianos com o apoio alemão, e os azerbaijanos com apoio turco, voltaram-se contra ela. Assim pressionados, a única saída era negociar.

Em junho de 1918 a Turquia assina com a Armênia o tratado de Batun onde, no artigo 2, firmavam-se as fronteiras armênias num território menor do que o da Armênia russa, embora lhe fosse concedida a independência. Esta Armênia minúscula, devastada pela guerra, sem acesso ao mar e em meio a vizinhos hostis, não tinha muitas condições de sobrevivência, embora, o governo instituído tudo fizesse por sua sobrevivência.

Em outubro de 1918 parecia que a situação armênia se resolveria adequadamente com a derrota turca na I Guerra Mundial e a negociação do armistício de Múdro. Quando os Aliados e a Turquia realizaram a Conferência de Paz, os armênios se fizeram representar por uma comissão pouco hábil que, ao final dos trabalhos, deixaram a Armênia sem ganhos e, até sua independência, só seria reconhecida em 1920.

O tratado final entre os Aliados e a Turquia só foi assinado em agosto de 1920, era o Tratado de Sévres, em cujo artigo 89 estipulava que as fronteiras armênias deveriam ser determinadas pelos presidente dos EUA assim como, também seria dele, a decisão relativa a desmilitarização do território turco ao redor da Armênia. Finalmente, em novembro o presidente Wilson dá a sentença devolvendo a Armênia alguns povoados e um corredor até o mar por Trebizonda.

Paralelamente às negociações, no interior da Turquia ganhava espaço grupos militares que, instalando-se em Ancara com um governo dissidente, se recusou a

reconhecer o Tratado de Sévres e, contando que para os Aliados era importante manter possibilidades econômicas na Turquia, atacaram a Armênia.

Sem possibilidades de resistir por muito tempo, a Armênia envia uma delegação com pedido de ajuda a Moscou. A Rússia soviética os acolhe, negocia mas, protela o acordo de tal forma que, somente após os turcos terem massacrado novamente a Armênia, é que um mediador é enviado. Em dezembro de 1920, esfacelada, a Armênia assina a “Paz de Alexandropol”, através da qual renunciava ao Tratado de Sévres, perdia territórios, reduzia seu exército para 1500 homens e aceitava a sovietação.

Este também não foi um processo tranqüilo. Em março de 1921 os turcos assinam com a União Soviética o Tratado de Moscou onde se confirmava a renúncia do Tratado de Sévres e, se fazia uma redivisão de províncias entre a república soviética, a Geórgia e o Azerbaijão. Na Europa, alguns representantes dos três Estados da antiga Transcaucasia, ainda protestaram contra a divisão de suas pátrias entre a Turquia e a Rússia, porém, foram manifestações sem nenhuma relevância em termos de resultados.

Os aliados estavam às voltas com o período de reconstrução pós-guerra e, ao assinarem com a Turquia o Tratado de Lausanne em 1923, a Causa Armênia não figurava entre os artigos, apenas mencionava-se o tratamento que deveria ser dispensado às minorias presentes na Turquia.

A Armênia sobrevivente foi aquela que estava sob domínio da União Soviética, com apenas 29.800 quilômetros quadrados e que, atualmente, é uma república independente após a queda da URSS. A população armênia da diáspora, iniciada desde a ocupação turca otomana, é maior do que a população da pátria-mãe, entre eles, especialmente nas comunidades de São Paulo, espera-se que o processo de admissão da Turquia na União Européia seja a ocasião esperada para que se rediscuta, entre outros, o reconhecimento dos episódios de 1915 como genocídio, a devolução do antigo território da Armênia Histórica que contempla inclusive o Ararat, a montanha símbolo da identidade nacional. Para muitos representantes dessas colônias, dizer não a adesão da Turquia à União Européia é dizer sim à Causa Armênia.

Muito se tem tentado para que os Estados Unidos reconheçam o genocídio, já que o peso que ele representa na geopolítica atual, seria um forte instrumento de pressão sobre a Turquia, no entanto, a instalação de bases americanas neste país, dão a ele o status de aliado na atual guerra norte-americana com o Iraque e, portanto, intocável aos assuntos diplomáticos. Também vê-se com reservas as recentes alianças entre Israel e Turquia que, aparentemente, se refere a ajuda turca para construção de usina para geração de energia em Israel mas, em contrapartida, o compromisso israelense é de modernização de aviões turcos, o que garantiriam um poder bélico inusitado e alarmante, não apenas para os armênios mas para todo o Oriente Médio.

Resta-nos acompanhar o jogo de interesses que se escondem nas articulações da União Européia. Sabemos que há uma comissão investigando a Turquia e que, as denúncias de violações aos direitos humanos neste país são muitas. Também é conhecida a posição contrária à participação turca na União Européia, já manifestada por alguns países como a França, que abriga grandes comunidades da diáspora Armênia. De positivo temos o fato de que, se a União Européia disser não a Turquia teremos um reconhecimento implícito do passado genocida dela e um fórum privilegiado para que a Causa Armênia possa ser discutida e, quem sabe, solucionada.